



Demonstrações Financeiras

1º semestre/2025

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Relatórios dos auditores independentes acompanhado do relatório de avaliação dos controles internos, das demonstrações contábeis e notas explicativas em 30 de junho de 2025

Sumário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	2
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA	20

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

São Paulo - SP

Prezados Senhores

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda., em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Contábeis

Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços

A Administradora não observou as disposições da Resolução BCB N° 120, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a necessidade, por parte das administradoras de consórcio, de reconhecer e mensurar contabilmente as suas receitas e prestação de serviços em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato (CPC 47). Desta forma, não foi possível verificar com procedimentos alternativos de auditoria os efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade decorrente da não observância do CPC 47 em junho de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso, Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e

comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 05 de setembro de 2025.



Luís Eduardo Azevedo
Auditor Independente
CRC nº SP-292909/0

Flávio Antonio Garrido
Auditor Assistente
CRC nº SP -094509/0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, representadas pelo Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Recursos de Consórcio Consolidada e das Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidadas, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL

a) (Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Circulante</u>	<u>833</u>	<u>1.067</u>
Depósitos Bancários	42	70
Títulos e Valores Mobiliários	727	977
Realizável à Curto Prazo	64	20
Outros Valores e Bens	64	20
<u>Não Circulante</u>	<u>2.078</u>	<u>2.045</u>
Permanente	2.078	2.045
Imobilizado de Uso	2.078	2.045
TOTAL DO ATIVO	2.911	3.112

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

b) (Em milhares de Reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Circulante</u>	<u>115</u>	<u>82</u>
Fiscais e Previdenciárias	27	23
Diversas	88	59
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>2.796</u>	<u>3.030</u>
Capital Social	600	600
Reservas de Lucros	<u>2.430</u>	<u>2.430</u>
Reserva Legal	120	120
Reservas para Contingências	2.037	2.037
Reservas de Lucros a Realizar	273	273
Lucros (Prejuízos) do Período	-234	
TOTAL DO PASSIVO	2.911	3.112

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

NOMENCLATURA	1° Semestre 2025	1° Semestre 2024
RECEITAS OPERACIONAIS	674	1.020
Rendas de Taxas de Administração	618	930
Outras Rendas Operacionais	4	26
Rendas de Títulos Renda Fixa	52	64
DESPESAS OPERACIONAIS	-904	-871
Despesas Administrativas	-787	-713
Despesas Tributárias	-24	-19
Outras Despesas Operacionais	-93	-139
RESULTADO OPERACIONAL	-230	149
Resultado não Operacional		
Resultado Antes do Imp. de Renda	-230	149
Imp.Renda e Contrib.Social	-	-49
Participações no Lucro	-4	-
Lucro Líquido do Exercício	-234	100
Lucro Líquido por cota	-0,39	0,17

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1º Sem. 2025	1º Sem. 2024
Lucro Líquido do Período	-234	100
Outros Resultados Abrangentes	0	0
Total Lucro Líquido Abrangente do Semestre	-234	100

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Descrição	1º semestre 2025	1º semestre 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	-234	100
Depreciação e amortização	3	2
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	-45	-68
Créditos Diversos	-45	-68
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	31	57
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	3	32
Outras obrigações e contas a pagar	28	25
Caixa gerado pelas atividades operacionais	-245	91
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	-33	518
Pagamento JCP		-211
Caixa gerado pelas atividades de investimento	-33	308
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	-278	399
DISPONIBILIDADES:		
Saldo inicial	1.048	1.317
Saldo Final	769	1.715
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DAS DISPONIBILIDADES	-278	399

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 30.06.2024	600	2.499	3.099
Resultado do 2.o Semestre de 2024		-69	-69
Saldo em 31.12.2024	600	2.430	3.030
Resultado do 1.o Semestre de 2025		-234	-234
Saldo em 30.06.2025	600	2.196	2.796

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO			
ATIVO	RUBRICA	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>	<u>1.0.0.00.007</u>	9.954	8.848
Disponibilidades	<u>1.1.0.00.006</u>	1	1
Depósitos Bancários	1.1.2.92.003	1	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>1.2.0.00.005</u>	868	3.669
Disponibilidades dos Grupos	1.2.9.90.122	262	1.439
Vinculadas a Contempl. - Demais Aplic.	1.2.9.90.359	606	2.230
Outros Créditos	<u>1.8.0.00.009</u>	9.085	5.178
Direitos Junto Consor. Contemplados	1.8.7.93.000	9.085	5.178
- Normais	1.8.7.93.055	9.085	5.178
- Em Atraso	1.8.7.93.158	-	-
<u>COMPENSAÇÃO</u>	<u>3.0.0.00.001</u>	60.935	69.325
Previsão Mensal de Recursos a Receber	3.0.7.75.006	559	641
Contribuições devidas aos Grupos	3.0.7.78.003	30.236	34.404
Consoiciados – Bens a Entregar	3.0.7.82.006	30.140	34.280
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.993	70.889	78.173
PASSIVO	RUBRICA	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>	<u>4.0.0.00.008</u>	9.954	8.848
Obrigações com Consoiciados	4.9.8.82.007	9.121	5.218
Valores a Repassar	4.9.8.86.003	38	72
Obrigações por Contemplaões a Entregar	4.9.8.91.005	606	2.230
Recursos do Grupo	4.9.8.98.008	189	1.328
<u>COMPENSAÇÃO</u>	<u>9.0.0.00.003</u>	60.935	69.325
Recursos Mensais a Rec. de Consoiciados	9.0.7.75.008	559	641
Obrigações dos Grupos por Contribuições	9.0.7.78.005	30.236	34.404
Bens ou Serviços a Contemplar	9.0.7.82.008	30.140	34.280
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.995	70.889	78.173

As notas explicativas integram as demonstraões contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

NOMENCLATURA	1º SEMESTRE 2025	ACUMULADO 1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024	ACUMULADO 1º SEMESTRE 2024
Disponibilidades Iniciais	896		4.581	
Depósitos Bancários	0		21	
Aplicações Financeiras de Grupos	72		792	
Aplic.Finan.Vinculadas a Contemplações	824		3.768	
(+) Recursos Coletados	4.459	18.952	15.770	248.631
Contribuições Aquisição de Bens	3.797	16.853	6.873	123.506
Taxa de Administração	611	1.836	909	15.901
Contribuição ao Fundo Reserva	15	69	41	877
Rendimentos de Aplicações Financeiras	36	167	130	845
Multas e Juros Moratórios	0	8	5	5
Disp.Registro Contratos Garantia - Coletado	0	0	8	12
Outros	0	19	7.804	107.485
(-) Recursos Utilizados	4.487	18.084	16.681	244.961
Aquisição de Bens	3.873	16.227	8.006	121.607
Taxa de Administração	579	1.799	858	15.846
Multas e Juros Moratórios	0	4	2	2
Disp.Registro Contratos Garantia - Utilizado	0	0	8	12
Devolução a Consorciados Desligados	35	35	0	0
Outros	0	19	7.807	107.494
Disponibilidades Finais	868	868	3.670	3.670
Depósitos Bancários	1	1	1	1
Aplicações Financeiras de Grupos	261	261	1.439	1.439
Aplic.Finan.Vinculadas.a Contemplações	606	606	2.230	2.230

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

(Em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda.** é uma sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto social a constituição, organização e administração de grupos de consórcios destinados a propiciar aos respectivos participantes a aquisição de bens móveis duráveis, por meio de autofinanciamento, com os recursos deles coletados. Autorizada a funcionar em maio de 2017 pelo Banco Central, iniciou suas atividades operacionais em julho de 2017.

II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas na forma da legislação societária.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis encerradas em 30.06.2025 e as de 31.12.2024, para comparabilidade, foram demonstradas em Milhares de Reais.

III. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

A taxa de administração é reconhecida na competência do efetivo recebimento das contraprestações dos consorciados, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 47.

b. Disponibilidades

Estão representados em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão avaliados e demonstrados pelo custo. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre os valores do ativo imobilizado com base nas taxas de depreciação determinadas em função da vida útil dos bens.

e. Provisão de férias e encargos

As provisões de férias vencidas e proporcionais, 13º Salário, e os respectivos encargos são constituídos com base na remuneração dos empregados a razão de 1/12 avos mensalmente, sobre a remuneração dos empregados e seus encargos sociais.

f. Tributos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre a receita tributável para contribuição social.

g. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Outros ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis até 12 meses do exercício seguinte são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 46.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização. Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial.

A variação na rubrica “Rendas a Receber” do ativo circulante à curto prazo, ocorreu em virtude do reconhecimento da taxa de administração e multas e juros a serem repassados pelos grupos, conforme saldo demonstrado no balancete dos grupos (COS4110).

IV. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DOS GRUPOS

a. Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações foram realizadas em cotas de fundos de curto prazo do Banco Itaú para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são

aplicados de acordo com as diretrizes do normativo do BACEN. Os rendimentos destas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo.

b. Outros créditos

Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e os valores a receber referentes às parcelas a vencer do fundo comum e fundo de reserva.

c. Obrigações com consorciados

Representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens.

d. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando houver o encerramento do grupo.

V. DISPONIBILIDADES

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos bancários	42	70
Títulos e valores mobiliários	<u>727</u>	<u>977</u>
	769	1.047

As disponibilidades incluem depósitos bancários e aplicações, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites.

VI. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Fiscais e tributárias	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	7	5
ISSQN	7	4
Impostos s/ Serviços Terceiros	2	1
INSS / FGTS / IRRF	<u>11</u>	<u>12</u>
	27	22
Diversas (a)	<u>88</u>	<u>59</u>
	115	81

(a) Este saldo estava composto por:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão pagamentos a efetuar	71	38
Credores diversos – país	<u>17</u>	<u>21</u>
	88	59

VII. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) e está representado por 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizado e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

VIII. DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Demonstrações dos recursos de consórcios consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada

(a) Recursos a utilizar

Representam os créditos bancários, saldo de conta corrente e aplicações financeiras à disposição dos grupos de consórcios. As aplicações financeiras estão adicionadas com os respectivos rendimentos obedecendo às regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

(b) Recursos coletados

Representam os valores de contribuições pagas pelos consorciados, respectivos a cada grupo de consórcio, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

A Contribuição de Fundo Comum é calculada por meio do valor do bem dividido pelo número de meses de duração do grupo de consórcio. O valor da prestação é acrescido das taxas de Fundo de Reserva e de administração.

(c) Recursos utilizados

Representam os valores de aquisição de bens, de pagamentos de seguros contratuais, de distribuição de saldo aos consorciados excluídos, outras obrigações inerentes aos respectivos e as transferências à Administradora de taxa de administração.

(d) Informações complementares consolidadas sobre os grupos administrados pela sociedade

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Consorticiados ativos	166	294
Bens entregues no período	56	56
Consorticiados ativos inadimplentes não contemplados	0	0
Taxa de inadimplência	0%	0%
Bens pendentes de entrega cliente	5	8

IX. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2025 a empresa possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por bancos, contas a receber e contas a pagar. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos Balanços Patrimoniais findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações e juros atualizados até a data do Balanço.

X. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente relevante na entidade de 30/06/2025 até a data do nosso relatório.

Márcio Silva Chaves
RG 27.981.959-6
CPF 213.566.758-75
Diretor

Regina Liz Rocha
CRC: MG 47.265
CPF: 649.852.026-49
Contadora

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA

Senhores Sócios: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio e a Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao semestre findo em junho/2025. A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores sócios para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração dos recursos de consórcio consolidada;
- Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada;
- Notas explicativas;
- Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período (Resolução BCB nº 2/20 de 12 de agosto de 2020.) e;
- Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração sobre os Negócios Sociais e os Principais Fatos Administrativos do Período

Prezados Senhores,

A Administradora possui 01 grupo em andamento, com 166 consorciados ativos. Registrou prejuízo líquido R\$ 234 mil no semestre findo em 30 de junho de 2025 e patrimônio líquido no total de R\$ 2.796 mil.

Externamos nossos mais sinceros agradecimentos, reforçando o compromisso pela contínua busca de melhoria, aperfeiçoamento de nossos processos e profissionalismo na condução de nossos negócios.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.